

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS** -----

----- **ATA NÚMERO NOVENTA E TRÊS** -----

----- Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, no auditório dos Serviços Sociais da CML, na Avenida Afonso Costa, nº 41, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de

Jesus, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Rosa Lourenço, Nuno Ferreira Pintão, Miguel Martins Agrochão, Natacha Machado Amaro, Igor Boal Roçadas, Ana Paula Viseu, João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Patricia Caetano Leitão, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz e Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Fábio Martins Sousa, Sandra da Graça Lourenço Paulo e Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Pintão.-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Boal Roçadas.-----

----- Margarida Mota (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Belém, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa.-----

----- Tiago Albuquerque Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia Caetano Leitão.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agrochão -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. ----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 31/2016, de 2 de fevereiro de 2016, foi injustificada a falta da Deputada Municipal de Renata Lajas (IND) na 85ª Reunião da AML (55ª Sessão Extraordinária) realizada em 10 de Novembro de 2015 e também foram justificadas as faltas dos seguintes Deputados Municipais: Deputado Municipal por inerência de José Carlos Cardoso Alves (PS),

Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, à 90ª Reunião da AML (57ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 12 de janeiro de 2016 e de Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD) na 91ª Reunião da AML (58ª Sessão Extraordinária), realizada em 26 de janeiro de 2016.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Exmº. Senhor Vice-Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, Jorge Máximo, Catarina Vaz Pinto e José Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Aos Senhores Vereadores, público presente, Senhores Jornalistas, Senhores Técnicos e Dirigentes da Câmara agradecia que tomassem os vossos lugares.-----

----- Estamos já em condições, já temos quórum para começar os nossos trabalhos.-----

----- Queria dar-vos aqui uma explicação inicial que é a seguinte: eu vou estar na assembleia apenas até daqui a um bocadinho, porque, quero-vos dar conhecimento disto porque é do interesse da Assembleia Municipal, na Assembleia da República hoje às quatro da tarde há uma audiência sobre a matéria da renda apoiada, da Comissão a que eu pertença, e como sabem a Assembleia Municipal tem deliberado sucessivas moções sobre esta matéria e, portanto, entendi que devia lá estar, razão pela qual me ausentarei e a Mesa será assegurada que o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, mas queria dar-vos esta explicação, porque o que lá vou fazer, não é tanto a minha posição pessoal, mas sim ser porta-voz das moções que aqui aprovadas inúmeras vezes por esta Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à sessão de hoje, isto não é uma audição, é a uma audiência apenas de um grupo de moradores depois, enfim, até tem havido várias audições, mas esta foi marcada sem eu saber, por essa razão há esta sobreposição de calendários.-----

----- Queria também pedi desculpa, parece que terá havido relativamente à sessão de ontem o envio de convites, por qualquer razão servidor não enviou os convites para onde eles foram mandados e as pessoas só os receberam às 8 e meia da noite, depois da Sessão já ter acabado, portanto, naturalmente que isto é uma falha, já chamámos à atenção do nosso servidor e quero pedir desculpa, nomeadamente um dos Senhores Vereadores, nomeadamente, o Senhor Vereador Carlos Moura recebeu um convite às 8 e meia da noite, isto é ridículo e tenho que pedir formalmente desculpa, não foi naturalmente intencional, mas são matérias que a gente tem que procurar corrigir. -----

----- Finalmente, e em terceiro lugar, informaram-nos a nossa Sessão hoje vai ficar prejudicada nalguns aspetos, na medida em que há duas propostas que as Comissões não conseguiram dar os seus Pareceres. É proposta a 679 sobre as despesas de representação dos Dirigentes da Câmara que não têm ainda o parecer aprovado e é a proposta 800 que é a adesão do Município a uma Associação das Coberturas Verdes,

que também não tem aparecido a 4ª Comissão, portanto, ficamos apenas com as outras três propostas, é matéria relevante e, portanto, temos aqui trabalho para fazer. -----

----- Informar-vos também que hoje durante a manhã, alguns Senhores Deputados tentaram obter os pareceres e as recomendações no *site*, elas não estiveram colocadas, houve um atraso na colocação do qual também me penitencio, informar-vos que na Proposta sobre a Madragoa há um conjunto de alterações na especialidade que foram consensualizadas na 3ª Comissão com o esforço de convergência de todas as partes e são da 3ª. Comissão não são Deputados individuais, é um conjunto de proposta alteração na especialidade e quando chegar a vida altura, a Mesa fará referência a isso e eu pedi para fazerem cópias para distribuir essas alterações, que são da 3ª Comissão.

----- Dizer-vos ainda que temos um conjunto de recomendações, eu procuro extrair dos pareceres as recomendações, porque é mais fácil que depois elas depois sejam votadas e publicadas em Boletim Municipal, mas na extração das propostas de alteração na especialidade, não me tinha apercebido que eram propostas da 3ª. Comissão e, portanto, são propostas da 3ª Comissão e não deputados individuais, já foi feita a correção no *site* e já foi pedido para ser distribuída a proposta corretamente.

----- Posto isto penso que estamos em condições de ouvir o público, nós temos três pessoas inscritas há uma das pessoas está inscrita e que até já estive aqui na última sessão, em que eu não estive, portanto, tenho aqui já o excerto daquilo que a senhora disse, mas vamos naturalmente ouvi-la novamente e ver qual é o encaminhamento que a Mesa poderá dar e, portanto, sendo assim, daremos a palavra até ao primeiro senhor inscrito, que o senhor Manuel Martins e é um esclarecimento que ele pede e, portanto, vamos ouvi-lo, Senhor Manuel são 3 minutos para o ouvirmos, nós não damos a resposta imediatamente porque nós temos que saber junto da Câmara como é que é, mas peço que encaminhem o Senhor Manuel para o púlpito e quando chegar ao fim do seu tempo, eu faço aqui um sinal com o microfone, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Manuel Augusto Fonseca Martins** morador na Rua Botelho de Vasconcelos, Lote 550-R/C, Loja, 1950-046 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores; -----

----- 1. A Associação de Reformados do Bairro do Condado, em Marvila, tem feito todos os possíveis, e por vezes os impossíveis para dar condições aos idosos da nossa freguesia, condições de mobilidade e apego à vida. -----

----- Foi com essa intenção que aquando da reunião alargada havida no “Teatro Ibérico”, no Beato, pedimos ao Senhor Presidente da Câmara que de imediato incumbiu o Senhor Vereador Jorge Máximo para providenciar a colocação de equipamentos para exercício físico no nosso ginásio. O Senhor Vereador Jorge Máximo deslocou-se às instalações da nossa Associação, onde reafirmou que iria mandar colocar esses aparelhos que são muito importantes para o desenvolvimento físico, o que até à data não aconteceu. -----

----- Peço por isso, que seja cumprida a promessa então feita, pois também nós (Associação), fizemos promessas de que estariam disponíveis logo no princípio do ano passado, o que não aconteceu até hoje. -----

----- 2. Fizemos o pedido de colocação de Mastros e respetivas bandeiras no largo fronteiro à nossa sede e gostávamos de as poder ver colocadas no dia vinte e um de fevereiro, data em que teremos uma iniciativa cultural, que envolve uma série de personalidades da vida pública, (política e cultural), que tratarão temas importantes como a vida do General Humberto Delgado, a obra de Trindade Coelho e António Modesto Navarro, entre outros, e terá a presença de diversos órgãos de comunicação social. -----

----- Os custos destes benefícios, sendo insignificantes para a Câmara Municipal de Lisboa, são da maior importância para a vida da nossa Associação em particular, e dos idosos da nossa freguesia em geral. Cabe agora à Câmara a assunção do compromisso o mais breve possível. -----

----- Quero aproveitar para endereçar, pessoalmente, o convite ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Presidente da Assembleia para estarem presentes neste evento. Entregarei o convite em mão. -----

----- 3. Em tempos fizemos um pedido de cedência de um espaço para darmos apoio, almoços, aos idosos, fins de semana, sábados e domingos, até a Senhora Vereadora na altura, Arquiteta Helena Roseta, fez uma visita ao espaço, entregámos toda a documentação. Informamos a GEBALIS que o espaço foi assaltado, está lá um casal a viver e, até hoje, não obtivemos qualquer resposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Manuel. Muito obrigada pelos convites que nos vai deixar e pela sua intervenção. Nós vamos ver o que se passa com esse caso das vossas instalações, junto da GEBALIS, naturalmente. -----

----- A seguir temos a Senhora D. Vânia de Almeida.” -----

----- **A Senhora Vânia Marina Lopes de Almeida** moradora na Rua Botelho de Vasconcelos, Lote 558-1ª B, 1950-046 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Eu venho aqui expor a minha situação em que me encontro. Eu arrombei uma casa abusivamente, sei que é ilegal mas a minha necessidade falou mais alto. Nós fomos vítimas de violência doméstica, a minha mãe, inclusive, durante trinta anos, e eu vi-me obrigada a esta situação. -----

----- Neste momento estou em processo de legalização, mas devido a uma indemnização que me propuseram para pagar no prazo de trinta dias, devido ao tempo que lá estive que foram oito anos, tenho uma indemnização para pagar no valor de quatro mil e tal euros, que não consigo dispor. -----

----- Portanto, o que vinha aqui pedir hoje, era para que tivessem em consideração de forma a eu poder pagar em prestações esta dívida. Eu tenho consciência que tenho que pagar esta dívida porque estive lá, não quero que seja de graça, sempre referi à GEBALIS que pretendo pagar uma renda e foi com essa intenção que lá estive estes anos todos. Agora, não posso é ser posta na rua com os meus filhos menores e com a minha mãe que está a meu cargo, porque tenho um prazo de trinta dias para pagar quatro mil e tal euros, que não consigo. -----

----- O que venho aqui pedir é que me seja permitido pagar esta indemnização em prestações, e venho referir que estou numa casa que não tem condições, eu tenho que pôr toalhas na cozinha, na casa de banho, a electricidade começou a arder com dois filhos em casa, e eu estava em casa por acaso, e se me propõe uma renda de cento e quarenta euros é porque é isso que, efetivamente, eu posso pagar consoante o rendimento que tenho.-----

----- Eu não vim aqui para pedir para poder estar numa casa de graça, eu quero pagar uma renda, trabalho para isso, só que eu sozinha com dois filhos e com a minha mãe para sustentar, que está doente, eu não consigo fazer mais.-----

----- O que peço é que tenham uma especial atenção a esta situação em que me encontro.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Vânia.-----

----- Eu creio que percebi a situação, a Senhora Vânia está com um processo de legalização de uma ocupação antiga e agora pedem-lhe para repor o correspondente às rendas que deveria ter pago nesse tempo todo que não pagou.-----

----- Eu penso que é possível, mas agora só olhando para o processo e falando com a Senhora Vereadora e com os serviços, é possível a Senhora Vânia solicitar um acordo para liquidação da dívida em prestações, conforme está a dizer.-----

----- O que eu lhe sugeria é que relativamente a essa carta que recebeu, que responda imediatamente a dizer que gostaria de fazer um pagamento em prestações, portanto, celebrar um acordo para pagar isso em prestações, e nós o mesmo faremos junto da Vereadora enviando a sua intervenção, pedindo à Senhora Vereadora que aplique as leis em vigor, nesse sentido, mas a Senhora faça expressamente esse pedido, porque aqui apresentou aos Senhores Deputados, mas não somos nós que damos o despacho, portanto, convém fazer essa carta e entregar na mesma entidade que lhe enviou e que suponho que seja a GEBALIS. Para a mesma entidade pede isso, um acordo para pagar em prestações.-----

----- Muito obrigada.-----

----- Penso que a D. Filipa, irmã da D. Vânia não está. Senhora Vânia, diga à sua irmã, que ela tinha-se inscrito mas não está, diga a ela que já estamos a analisar a situação que ela expôs na última sessão, é uma situação diferente da sua, é também bastante difícil, vamos ver o que podemos fazer, mas diga-lhe que estamos a analisar a situação dela. Muito obrigada.-----

----- Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Vereadores e Vereadoras, terminou a intervenção do público e eu naturalmente vou ter que me ausentar, peço desculpa, pelas razões que invoquei. Vou para a Assembleia da República para uma questão de uma audição de renda apoiada, o que é uma matéria que esta Assembleia esteve bastante envolvida e, portanto, se naturalmente se o 1ª Secretária e a Senhora 2ª Secretária, preencherão com toda a eficiência o resto dos Trabalhos desta Sessão e agradeço a vossa compreensão.”-----

----- Neste momento por ausência da Senhora Presidente assumiu a Presidência do Senhor 1º. Secretário Rui Paulo Figueiredo, ficando a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra como 2ª. Secretária e o Senhor Deputado Municipal José Roque Alexandre como 1º. Secretário em Exercício, indicado do Partido Socialista para a Mesa. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Boa-tarde a todas e a todos. A atenção do grupo municipal do Partido Socialista e precisam mesmo de atenção, o grupo municipal do Partido Socialista que tinha ficado de indicar alguém para neste momento exercer as funções. Bem, no entanto, o grupo municipal do Partido Socialista vai resolver esse problema e daqui a pouco teremos alguém para assumir as funções. -----

----- Nós temos um voto de pesar, é um voto de pesar referente ao Professor Laureano Carreira e na ausência da pessoa do Partido Socialista vou pedir à Deputada Municipal Margarida Saavedra que faça o favor de ler este voto de pesar.” -----

----- **VOTO DE PESAR Nº. 1/93- “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR LAUREANO CARREIRA”**. -----

----- (O Voto de Pesar nº. 1/93 é anexado à Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora 2ª. Secretária da Assembleia Municipal Margarida Saavedra** no uso da palavra leu a seguinte o seguinte **Voto de Pesar**: -----

----- “ *Faleceu no dia 29 de Janeiro de 2016, o Professor Laureano Carreira, diretor do Teatro Ibérico, deixando um legado artístico bastante contributivo para a cultura do nosso país, tendo trabalhado nos últimos anos na dinamização cultural da freguesia do Beato e do Teatro Ibérico, tornando este espaço numa referência do teatro musical na cidade de Lisboa.* -----

----- *Laureano Martins Carreira nasceu em 1944, na Costa da Caparica. Diplomado pela École Pratique des Hautes Etudes, IV Section, Paris, e Doutor em Letras pela Universidade de Paris III, Sorbonne-Nouvelle. Fez Estudos Teatrais no Institut d'Etudes Théâtrales, Universidade de Paris III e Estudos Cinematográficos na École Nationale Louis Lumière, Paris, curso de realização cinema e vídeo. Jornalista, autor e encenador, Laureano Carreira trabalhou na Radio France Internacional e foi professor em universidades portuguesas, a última das quais a Universidade de Évora, Departamento de Artes Cénicas, na Licenciatura em Estudos Teatrais, onde ministrou os ensinamentos enquanto especialista de História do Teatro Português, Teorias do Teatro, Produção e Escrita Dramatúrgica.* -----

----- *Desempenhou também numerosas funções administrativo-pedagógicas, tais como Diretor da Comissão de Curso de 1º Ciclo, membro da Direção da Comissão de Curso do 2º Ciclo, Presidente do Departamento de Artes Cénicas e por fim Presidente da Área Departamental das Artes. Assumiu a situação de jubilado do ensino em Outubro de 2009, dedicando-se em exclusivo à escrita dramática (ópera e teatro).* -----

----- *Na sua atividade de docente foi levado ao longo dos tempos a pronunciar conferências sobre o teatro português em diversos pontos de Portugal e da Europa,*

assim como a assinar numerosos artigos da sua especialidade. Foi igualmente membro de júri de provas académicas de 2º e 3º Ciclo, em Portugal e em França, assim como designado, pelo Ministério da Cultura Português, para integrar o júri de atribuição de apoios à atividade dramática. -----

----- Laureano Carreira foi autor de numerosas publicações (ensaios, peças de teatro e artigos de carácter científico). Enquanto encenador, os seus trabalhos foram levados à cena em vários teatros de Paris e no Théâtre de la Mer em Sète.-----

----- Politicamente foi militante do Partido Socialista desde 1975, fundador da Secção de Paris do PS e autarca na sua freguesia de residência, a antiga freguesia do Sacramento.-----

----- Atualmente dedicava-se à criação de espetáculos no Teatro Ibérico, na freguesia do Beato, onde desempenhava as funções de Diretor Artístico e de Presidente da Associação desde 2011, tendo dinamizado este espaço cultural e a cultura na freguesia do Beato e na zona oriental de Lisboa, onde lutava por vários projetos de maior alavancagem da cultura.-----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2 de Fevereiro de 2016, delibera prestar homenagem ao Prof. Laureano Carreira pelo trabalho em prol da cultura e do teatro na cidade de Lisboa e na freguesia do Beato, aprovar um voto de pesar pelo seu falecimento, guardar um minuto de silêncio e expressar os seus pêsames à Família e à Associação do Teatro Ibérico.”-----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:*-----

*----- “ Muito obrigado, pedia às senhoras e aos Senhores Deputados que se sentassem, às assessoras e assessores que também se sentassem e deixassem de circular agora na sala e, portanto, vamos proceder à votação deste **Voto de Pesar nº. 1/93**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovado por unanimidade**.*-----

----- (Ausentaram-se na votação do Voto de Pesar nº. 1/93 o Grupo Municipal do MPT.)-----

----- (Houve também a ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação)-----

----- Vamos fazer um minuto de silêncio.”-----

----- (Neste momento foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento do Professor Laureano Carreira.)-----

*----- **Vamos entrar na no Período da Ordem do Dia.***-----

----- O ponto 1 da nossa Ordem de Trabalhos é a apreciação na especialidade da proposta 154/2015 referente ao plano de pormenor de reabilitação urbana da Madragoa, aprovado na generalidade em 2 de Junho de 2015 com as retificações incluídas nas propostas 259/2015 e 389/2015 nos termos propostos e o abrigo das disposições legais que estão identificadas na ordem de trabalhos.-----

*----- **PONTO 1 – APRECIACÃO ESPECIALIDADE DA PROPOSTA 154/CM/2015 – PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA DA MADRAGOA, APROVADA NA GENERALIDADE EM 2 DE JUNHO DE 2015, COM AS RETIFICACÕES INCLUÍDAS NAS PROPOSTAS 259/CM/2015 E***

389/CM/2015, NOS TERMOS PROPOSTOS E AO ABRIGO DO N.º. 1 DO ARTIGO 79.º. DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – RJIGT, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, BEM COMO DO ARTIGO 70.º. DO REGIMENTO;-----

----- (A proposta n.º. 154/CM/2015 é anexado à Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 3.ª. Comissão Permanente é anexado à Ata como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- Nós temos, tal como a Presidente Helena Roseta há pouco referiu, nós temos associados a esta proposta propostas de alteração que foram inicialmente apresentadas em sede de Comissão por Deputados, pelo deputado Miguel Gama e pelo outro Deputado Miguel Graça e que depois foram assumidas, depois do necessário debate, pelo Plenário da Comissão e daí a correção que foi feito, elas foram distribuídas hoje recordando como propostas individuais dos dois Deputados e depois já foi feita uma nova distribuição e colocada no site, como se sendo propostas oriundas da Comissão de Urbanismo, temos também uma recomendação que a recomendação 1/93.-----

----- (A Recomendação n.º. 1/93 é anexado à Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- A palavra ao Vereador Manuel Salgado para fazer a introdução do tema e em especial, uma vez que isto já foi debatido e aprovado na generalidade será útil para quem acompanha os nossos trabalhos e para o registo em Ata também que faça uma referência às retificações foram incluídas nas propostas e que nós depois vamos ter que votar. Também espero eu de forma global. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----Obrigado Senhor Presidente, muito boa-tarde Senhores Deputados. Nós analisámos as propostas de alteração a Recomendação 1/93 que nos foram enviados pela Assembleia Municipal e relativamente às propostas de alteração sugeridas pela 3.ª Comissão uma vez que elas não constituem introdução de inovações materiais relativamente à proposta apresentada pela Câmara Municipal, mas sim antes uma clarificação útil das normas do regulamento, merecem a nossa total concordância.-----

----- Com efeito estas alterações permitem melhorar a redação de algumas normas evitando dúvidas de interpretação, que se poderiam suscitar, que que é o que existe, como exemplo, a questão da matéria dos logradouros, que é o artigo 13.º., o número 7 do artigo 34, em que especifica por uma questão de escala que pode haver ajustamentos exatamente aos logradouros definidos no PDM, o número 2 do artigo 34, o artigo 43, ou melhor, em relação ao artigo 43, que diz respeito à constituição de um fundo, lembramos que neste caso não faz sentido prever este fundo, na medida em que a Assembleia Municipal já, aliás, a Câmara Municipal já aprovou a constituição do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística de Lisboa, através da Deliberação número 43/CM/2015 cujos objetivos são os mesmos que aqueles que eram aqui propostos e, portanto, isto seria uma redundância estar a criar um novo fundo, para além de um fundo global para a cidade toda que já estava contemplado.-----

----- De igual modo as operações garantem a total congruência entre as normas e peças que integram o Plano que e, portanto, nós consideramos que todas elas estão em condições de ser aceites. -----

----- Apenas em relação à Recomendação 1/ 93 parece-nos que, de facto, que é uma Recomendação um pouco sui generis, nunca foi colocada antes em nenhum plano e que por outro lado não está prevista no RJIGT e neste caso concreto, uma vez que o do Plano constam os alçados de todos os edifícios e exatamente aquilo que é proposto como alterações, ainda menos razão faz a existência deste requisito, ou seja, um quadro comparativo entre o quadro resumo que comparasse entre aquilo que existe neste momento e aquilo que é permitido através do Plano, portanto, recapitulando, quando quanto às alterações propostas são bem-vindas e têm a nossa total concordância, quanto à Recomendação parece-nos que efetivamente ela neste caso não se enquadra nos RJIGT e neste caso particular deste Plano em que há uma grande definição de tudo aquilo que se pode fazer, que não faz qualquer sentido. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Depois para dar nota que as inscrições quando abrimos o Período, que são feitas para aqui para o telefone do Deputado Municipal José Alexandre. -----

----- Depois para vos dizer que nós temos o parecer da 3ª comissão Permanente, que foi elaborado pelo Deputado Municipal André Couto, temos as propostas em específico que foram assumidas pela 3ª Comissão e tal como já disse há pouco que temos a Recomendação e, portanto, nesse sentido, não sei se o Deputado Municipal André Couto está em condições de apresentar o Parecer e apresentar todas as propostas de alteração em específico a proposta de recomendação ou se a apresentará o Parecer e depois a Deputada Margarida Saavedra, enquanto Presidente da 3ª. Comissão, estava-me aqui a sugerir que como estamos a inovar na fase da especialidade que os proponentes em específico, que foram escutados Miguel Graça e Miguel Gama, embora as propostas e recomendação tenham sido assumidas pelo Plenário que, para bom andamento do debate explicassem as propostas em concreto, do que é que está em cima da mesa, porque é isso que vamos votar, mas que os Senhores Deputados melhor dirão e, portanto, agora a palavra é para o deputado Relator, que é o Deputado Municipal André Couto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigado Senhor Presidente, se esta proposta baixou à Comissão para discussão na especialidade, deu-se uma profunda discussão a destacar aqui como já foi referido o papel dos Deputados Municipais Miguel Gama, Miguel Graça e Margarida Saavedra, de facto foi, partiu deles grande parte da lavra da discussão sobre este sobre este tema.

----- Surgiram também ao longo do debate dúvidas sobre estas, sobre algumas questões que se prendiam com este Plano de Pormenor que foram devidamente respondidas pela Câmara Municipal de Lisboa e houve posteriormente um grande

esforço, que cumpre saudar, de se conseguirmos chegar a consenso em todas as forças políticas, também do grupo de Deputados Independentes, que acabaram por resultar a em 5 recomendações, que surgem como foi referido também em nome da Comissão elas prendem-se, eu acho que, de facto, ganharemos mais forem os próprios a densificarem aqui no microfone o seu o seu conteúdo, mas prendem-se com o fundo de financiamento, com o quadro dos resumos comparativos com os indicadores do antes e do depois, com o conjunto histórico Mocambo, aqui uma questão de não conformidade entre a peça escrita e a peça desenhada, com os logradouros e também com o Quartel dos Bombeiros da Rua de D. Carlos, com uma questão também de densificação do projeto, mais pormenores podem encontrar também no próprio no próprio parecer, mas com o senhor Presidente dizia, eu acho que, de facto, o melhor seria passarmos a palavra aos Deputados Municipais que acabaram por se por apresentar aqui mais conteúdo e por protagonizar mais a discussão, porque acho que ganhe esta Assembleia ganhará com isso. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado só por lapso esqueceu-se de dizer um pormenor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esqueci de dizer um pormenor, na folha da Recomendação, no segundo parágrafo nós temos o quadro, isto só por uma questão de porque começaram a surgir também algumas dúvidas acerca deste parágrafo, o que diz atualmente é “o quadro deverá ser enviado para a Assembleia Municipal de Lisboa com a demonstração das variáveis quantitativas, como condição para a sua aprovação”. A ideia aqui não é que a Recomendação só possa ser aprovada depois do envio, o objetivo aqui é que seja assumida pela Câmara o compromisso do envio deste documento, por isso eu proponha a que a seguir a quantitativas acrescentássemos que, portanto, “o compromisso do envio deste documento seja condição para a sua aprovação”, portanto, era só fazer esta pequena sugestão de alteração, Senhor Presidente para que também não surja nenhuma dúvida acerca da aprovação imediata da Recomendação. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Só uma nota que por lapso na intervenção do Deputado Municipal André Couto referiu-se, que é só para não confundirmos e para ficar tudo bem registado, ele referiu-se a propostas de recomendação, mas o 5 propostas de alteração áquilo que já foi aprovado na generalidade e depois, vamos ter que votar as retificações que vieram da Câmara e uma proposta de recomendação, que era exatamente aquela que o Deputado Municipal André Couto estava a introduzir, uma proposta de alteração sobre isto, e portanto eu acho que agora atualmente o faria sentido que os Deputados Miguel Gama e Miguel Graça possam apresentar em específico aquilo que temos em cima da mesa. Deputado Miguel Gama.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- De forma sucinta, as propostas de recomendação e vou falar daquelas que nós discutimos a que fui eu que propus e depois o Deputado Miguel Graça, certamente falará das dele.-----

----- Portanto, desta avaliação na especialidade do Plano de Pormenor foram aqui identificadas algumas questões que nós achámos que careciam de clarificação, uma delas, que é uma aposta alteração, tem a ver com o conjunto histórico do Mocambo é uma questão relativamente simples, que tem a ver com haver uma desconformidade chamemos-lhe assim, entre a peça desenhada e a peça escrita, neste caso a peça desenhada claramente deverá prevalecer porque a peça desenhada é o desenho de um perfil de uma frente de uma rua e, portanto, claramente quem fez o plano ao desenhar esta esta peça há um edifício, há um conjunto edifícios que ele entende que são um conjunto de edifícios passíveis de ser demolidos, mas são demolidos em condições muito específicas, depois no artigo 35 define-se também do Regulamento do Plano quando é que os edifícios podem ser demolidos e, portanto, verificando essa condição o que devia acontecer no Regulamento para esta área específica era também dizer então que podia haver essa demissão conforme a peça desenhada, simplesmente alguém se esqueceu de colocar essa palavra, digamos assim, no Regulamento Portanto era só essa proposta de alteração.-----

----- Sobre a questão dos logradouros havia aqui no número 1 do artigo 13 onde se dizia “no artigo seguinte” quando a verdade se devia falar no presente Plano, portanto, isto não podia apenas remeter para o artigo 5º. mas para a totalidade do Plano. -----

----- Por outro lado, tínhamos aqui uma questão sobre os logradouros também, que tem a ver como é que nós definimos um logradouro no caso de uma obra de uma construção nova, que também não era claro, e portanto nós achámos que também fazia sentido introduzir aqui a norma, portanto, ser mais objetivo de o que é que é um logradouro no caso de uma construção nova.-----

----- Por outro lado, coloca-se sempre a questão quando nós vamos fazer um projeto e obviamente temos um terreno que já está consolidado e que tem um espaço verde ou que tem um logradouro poder haver uma reconfiguração faz todo o sentido, mas não estava identificado e não era dito, deve-se manter o logradouro, mas poderá ser reconfigurado, daí também haver uma proposta neste sentido. -----

----- Depois há uma outra, uma terceira proposta de alteração que tem a ver com o Quartel dos Bombeiros e aqui tinha a ver com uma questão de usos, com uma questão de índices e nós inclusive a colocámos esta questão à Câmara que fez o favor obviamente de nos esclarecer e, portanto, tem a ver aqui com uma questão que também é muito simples simples, que é como é que se utilizam os índices de edificabilidade e como é que ele se aplicam dentro do quarteirão e, portanto, eram estas as propostas.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, temos a indicação que será a Deputada Municipal Ana Gaspar que fará em nome do Deputado Municipal Miguel Graça, a explicação das se das propostas que foram por ele apresentadas em sede de especialidade da 3ª. Comissão.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim. Obrigada a todos e a todas, boa-tarde.-----

----- Percebemos e compreendemos aquilo que o Senhor Vereador acabou de nos dizer, mas o que nós pretendemos não é uma peça técnica, apenas isto: um quadro síntese em que há uma comparação de dados quantificáveis, por exemplo, o aumento ou não de áreas permeáveis a nível dos logradouros no início do fim do Plano e também o aumento ou não do espaço público, isto apenas com vista a uma maior perceção da performance do próprio plano nalguns e nos possíveis dados. É tão-somente isto. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, nós salvo erro penso que é a primeira vez que estamos a fazer isto e, portanto, vamos aprendendo nas próprias apresentações, ficou claro na intervenção da Deputada Municipal Ana Gaspar, que estava a falar de recomendação, de intervenção do Deputado Miguel Gama ficou claro o sentido das propostas, mas eu não identifiquei de que estávamos a falar, portanto, só para ficar registado em Ata e para quem nos está a ver, nós temos propostas de alteração para o artigo 13, para o artigo 19, para o artigo 34, para o artigo 40 e para o artigo 43.-----

----- São estas as 5 propostas de alteração que nós temos em cima da mesa e, portanto, que a partir de agora, estão abertas as inscrições, penso que a Deputada Margarida Saavedra já tem algumas das expressões que vai passar a chamar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora e Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhora Vereadora, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Nós tivemos aqui várias versões deste Plano, foi exaustivo o trabalho na Assembleia Municipal e as propostas que fizemos, ouvimos moradores que fizeram petições, sabemos bastante desta matéria.-----

----- O que nós propusemos em relação a esta proposta era que o Quartel dos Bombeiros se mantivesse na Avenida Dom Carlos I, que viesse a integrar o museu que entretanto foi encerrado, o museu dos bombeiros, o museu da segurança, um museu da cidade fosse lá instalado nesse quartel, e portanto, estivesse mais próximo e mais acessível das populações.-----

----- E outra questão que pusemos sempre foi a questão do Quarteirão dos Marianos, que integra, há de integrar, naturalmente destes materiais, na perspectiva, esse ainda está para ser tratado levanta outras questões, mas da perspectiva de se resolver efetivamente o acesso dos carros dos Bombeiros, das ambulâncias àquela zona muito

problemática e nisso não houve respostas concludentes por parte da Câmara Municipal até hoje.-----

----- Há ainda problemas que tratámos, de certo modo também na Comissão de Cultura que têm a ver com o património e fomos lá e vimos que efetivamente havia património a recuperar, a Fábrica Constância, e portanto, também aqui não houve respostas claras por parte da Câmara Municipal em relação a esta matéria. -----

----- Nessa medida, dada a situação ainda difusa que levará ainda com certeza muitas voltas, a nossa posição é de abstenção em relação à proposta no seu global, e é abstenção porque o Plano tem efetivamente grandes qualidades e resolve muitos problemas a nível da zona, não temos a menor dúvida, agora estas questões que levantámos deviam ter tido resposta, respostas claras, respostas no sentido de acrescentar alguma coisa de melhor no plano cultural, digamos, à zona e responder também às preocupações que aqui foram expressas por peticionários, pessoas que habitam na zona e que são, obviamente da nossa parte entendemos que devem ser respeitados. -----

----- Depois tem a questão do fundo financeiro de apoio, eu realmente fiquei inquieto com a primeira elaboração escrita nesta matéria, “Fundo financeiro de apoio à reabilitação e a gestão da atividade comercial cujas receitas deverão ser garantidas pelas taxas e impostos gerados pelas intervenções e empresas locais”. Obviamente o Senhor Vereador já explicitou que isto não é necessário e há então um fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística que irá apoiar, digamos, todas estas e todas estas, as intervenções necessárias.-----

----- Era sobre isto que pedíamos ao Senhor Vereador que esclarecesse, digamos, o âmbito do Fundo, de onde provêm as dotações e como poderá ser aplicado. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores e caros colegas.-----

----- Esta proposta como foi já referido foi discutida durante muito tempo e eu pessoalmente, na qualidade de Presidente da 3ª. Comissão só apenas ontem tive a oportunidade de tomar um conhecimento direto daquilo que foram as discussões entretanto havidas no mês em que não estive e tenho que me congratular com o espírito e com a vontade e com o trabalho desenvolvido pelos meus colegas da Comissão que tentaram o mais possível tirar as dúvidas que eventualmente teriam sobre a própria proposta e o Senhor Vereador Manuel Salgado respondeu, portanto, a essas dúvidas que foram depois incorporadas essas respostas foram incorporadas nos próprios nas próprias propostas de alteração do Regulamento e que aqui estão vigentes.-----

----- Estas propostas. de alteração do Regulamento, refere-se a primeira ao número 1 do artigo 3º. e que tem a ver com uma alteração em que e na proposta a proteção dos valores e recursos ambientais, nomeadamente relativamente à estrutura ecológica, municipal e outras componentes e se ficam sujeitos, obedecem ao regime do PDM de Lisboa, do Plano Diretor Municipal e a alteração acrescenta, “salvo as especificidades

expressas, previstas no presente Plano”, é evidente que talvez aqui fosse útil ver quais são os artigos do Plano que preveem essas especificidades, não sei se ainda é possível na Câmara acrescentarem para parecer perfeitamente clara, quais são as especificidades às quais se vai obedecer.-----

----- Em relação ao artigo 2º., ao número 2 do artigo, 19 esta é só relativamente ao conjunto do Mocambo, de facto retirou-se aqui a impossibilidade da demolição estava na primeira proposta, na primeira versão da proposta e pôs-se a uma a uma hipótese mais larga e aquilo que a recomendação pede não é em relação a todo o Plano, eu penso que é em relação apenas à área do Mocambo e eu penso que isso também devia ficar claro na própria proposta, que não está, portanto, é aquela área que nós estamos e temos interesse em que se saiba, já que é uma área que tem um valor histórico muito grande, já aqui são previstas nalguns casos e no desenho e no desenho estão previstos os casos concretos onde essas demolições vão ser feitas e portanto era conveniente que se esclarecesse porque é que vão ser feitas, quais são as causas e que também não houvesse na sua construção, na obra nova que fosse substituir essas essas edificações não houvesse rutura, foi uma das questões que foi levantada na Comissão, não houvesse rutura que o resto daquilo que é o perfil, que é o perfil das construções dessa área, penso que foi isso que foi discutido e aprovado na Comissão e não está perfeitamente refletido na proposta, mas penso que essa é a ideia e com essa estamos de acordo todos. -----

----- Em relação ao número 2 do artigo 34, sobre as regras do logradouro já foi aqui explicado e uma das questões é que de qualquer forma, a área permeável mantém-se sempre a mesma e isso é uma das condições que naturalmente é exigida embora se possam alterar aquilo que estava previsto, no entanto, mantém obrigatoriamente a área permeável de logadouros.-----

----- Depois temos aqui o problema dos desde já dos quartéis de bombeiros onde a Comissão entendeu não incluir uma alínea b) que fazia parte da sugestão do Senhor Vereador Manuel Salgado e temos depois o problema do Fundo, do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística de Lisboa, nós estamos de acordo que o outro fundo urbanístico, como é que se chama? Municipal. O outro fundo não se aplicava estas situações na medida que o outro fundo serve e é utilizado para questões de perequação.-----

----- Agora o que também gostávamos de saber, eu penso que eu perguntei aos meus colegas da 3ª. Comissão e ninguém tem a noção exata do que é o que este fundo, este fundo foi aprovado quando? Foi aprovado pela Câmara? Nós gostávamos de ter um exemplo daquilo que é o regulamento desse fundo, se fosse possível enviar para a Assembleia, para conhecimento da Assembleia, o que este fundo, como é que ele é aplicado, quais são os impostos e as receitas que ele vai colher e paixão a forma como serão atribuídas essas receitas que ele vai colher, qual é a forma como vai ser atribuída esses financiamentos, e aqui entidades, portanto, há aqui um conjunto de, embora esteja de acordo com o fundo em si, por princípio há uma especificação concreta daquilo que deverá ser o fundo sustentabilidade, o fundo sustentabilidade municipal e

urbanística de Lisboa para nós temos um conhecimento exato de quais são as intenções da Câmara.-----

----- Acredito que a Câmara o tenha definido, acredito que esteja perfeitamente identificado, mas se o Vereador, nós não conhecemos e era isso que eu solicitava ao Senhor Vereador que nos especificasse, portanto, o PSD vai votar favoravelmente, apresentará uma Declaração de Voto, mas esta proposta tem o voto favorável do Partido Social Democrata. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Só também à semelhança do que do que ficou registado com o Deputado Municipal André Couto, uma outra vez o Deputado Municipal Vítor Gonçalves referia-se às propostas de alteração como propostas de recomendação, são propostas de alteração, a Recomendação é a 1/93.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, público.

----- Portanto, nesta fase de apreciação e atentos a toda a situação que envolveu e envolve a unidade de execução do Quarteirão dos Marianos, o PAN considera essenciais algumas considerações.-----

----- É importante salientar que o que está efetivamente submetido para apreciação desta Assembleia é a proposta final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa e não a Unidade de Execução dos Marianos, a qual já foi aprovada pela Câmara. A delimitação e aprovação das unidades de execução é uma competência exclusiva da Câmara Municipal sem qualquer interferência da Assembleia Municipal não se confundir com a aprovação dos Planos Municipais, esta sim, uma competência exclusiva da Assembleia Municipal.-----

----- Paralelamente, a elaboração dos Planos Municipais é determinada por deliberação da Câmara Municipal, elaboração essa que obriga a identificar e a ponderar os programas, os planos e os projetos com incidência na área em causa considerando os que já existam e os que se encontram em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações, sendo que os planos devem ser acompanhados por elementos complementares, designadamente por um relatório ou e ou planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração da Câmara Municipal, comprovativa da inexistência dos referidos compromissos.-----

----- Quinto, o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa não é uma exceção, sendo o plano aprovado pela Assembleia Municipal este assumirá os compromissos urbanísticos identificados no plano designadamente os projetos de arquitetura já aprovados, no entanto, não podemos confundir a assunção dos compromissos urbanísticos nele identificados, designadamente dos projetos de arquitetura que se encontram aprovados no âmbito da Unidade de Execução do Quarteirão dos Marianos com uma sua aprovação.-----

----- Assim, o PAN irá votar favoravelmente o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa reforçando o dito anteriormente, deve haver o total esclarecimento da situação dos projetos já aprovados na Unidade de Execução do Quarteirão dos Marianos e esta Assembleia Municipal com a aprovação do Plano Municipal não poderá nunca ratificar eventuais invalidades de que os projetos, as licenças ou as autorizações possam padecer, porquanto estamos perante competências distintas. -----

----- Ainda quanto às Unidades de Execução, as quais tem o seu mérito na estruturação da cidade ao serem instrumento para o Município e conduzir os particulares a processos associativos, evitando projetos desgarrado uns dos outros, o PAN chama a atenção para a necessidade de no âmbito da discussão pública, que antecede a delimitação das Unidades de Execução, no caso da inexistência de Plano de Pormenor, este órgão poder ter acesso a todas as peças constituintes do processo de limitação e aprovação da Unidade de Execução, assim como das operações urbanísticas previstas para a respetiva área, do mesmo modo o PAN considera que a legislação em vigor sobre esta matéria deveria ser alterada, passando a delimitação das Unidades de Execução para a competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, tal como acontece com os Planos. Não nos faz sentido que primeiro a Câmara Municipal delimite e aprove uma Unidade de Execução, depois envie para a Assembleia Municipal propostas necessárias para a prossecução da mesma Unidade de Execução sobre a qual a Assembleia não se pronunciou e muitas vezes não concorda. -

----- Assim, o PAN recomenda que até à alteração da legislação em vigor sejam remetidas para esta assembleia no período de discussão pública todas as peças constituintes do processo de limitação e aprovação de cada Unidade de Execução, que estes processos sejam acompanhados de um documento previsional que contempla as futuras propostas que terão de ser submetidas esta Assembleia no âmbito das suas competências, exemplo: permutas, desafetações, etc., que a Assembleia Municipal recomende ao Governo a alteração da legislação passando a ser necessária aprovação da Assembleia Municipal para a delimitação das Unidades de Execução. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de passarmos a palavra ao Senhor Deputado, só fazer aqui uma pergunta ao Senhor do Deputado Miguel Santos, do PAN, se a proposta que estava a fazer é meramente retórica ou é uma proposta que vai ser entregue por escrito na Mesa para poder ser alvo de votação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ É para ser entregue na Mesa. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. -----

----- Em primeiro lugar dar nota de que o Plano de Urbanização da Madragoa tem uma, tem aquela que será um dos elementos fundamentais para o acompanhamento daquilo que já está atualmente a acontecer, que é a reabilitação de um espaço histórico da cidade de Lisboa e determinante do ponto de vista da de reabilitação urbana dentro da própria Freguesia da Estrela. -----

----- Nesse sentido também desde o primeiro momento que a Junta de Freguesia da Estrela tem estado envolvido no processo e que os serviços orientados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado tem estado em constante articulação com os serviços da Junta de Freguesia de Estrela no que diz respeito à apreciação da própria proposta, nomeadamente naquilo que é o seu devido enquadramento e a valorização do contributo da Autarquia Local para a solução final e, por isso, não terei outra posição que não a de desde o início, aliás, estar favorável relativamente à aposta que está aqui apresentada. -----

----- No entanto, tenho notado que, ao longo desta discussão em vários momentos tem existir alguma confusão sobre aquilo que realmente interessa para o território, sobre aquilo que realmente interessa para a discussão em si e julgo que é muito fundamental é, aliás, é determinante enquanto responsáveis e agentes políticos seja do âmbito autárquico municipal, seja no âmbito autárquico de freguesia de quando estamos a discutir uma proposta compreendermos bem não só em primeiro lugar o alcance da proposta em si, mas em segundo lugar e diria eu que mais determinante é compreender o que é que estamos de facto a discutir. -----

----- O primeiro ponto que é importante aqui destacar e referenciar tem a ver exclusivamente com uma questão que tem gerado alguma polémica relacionada com o Quarteirão dos Marianos. Já foi aqui dito e importa aqui reforçado que essa é uma matéria que é acessória à discussão deste Plano de Pormenor uma vez que todo o processo resultante da Unidade de Execução não é a de alguma forma prejudicado ou alterável por aquilo que nós estamos a decidir no âmbito do Plano de Pormenor, mais, importa compreender até que ponto é que, eventualmente, tal matéria poderia ou não condicionar a aprovação do restante plano. -----

----- Daquilo que fazemos, do trabalho que temos vindo a desenvolver no âmbito da Freguesia da Estrela parece-nos por demais evidente que usando uma expressão muito popular não faria muito sentido agora “misturar alhos com bugalhos”, aliás, diria mesmo que seria um erro querer condicionar a posição política relativamente a um plano tão importante para a comunidade a um outro plano que tem o seu momento de discussão, que tem o seu trabalho próprio a ser definido e que, inclusivamente a tem sido alvo de muita participação pública por parte dos cidadãos e também por parte da própria Junta de Freguesia e portanto aquilo que tem de ficar bem, claro, é que a Unidade de Execução dos Marianos não deve influir na avaliação que nós fazemos do Plano Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa. -----

----- A Segunda questão muito importante tem a ver com a utilização dos espaços que estão previstos no âmbito do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, nomeadamente naqueles que têm relevância direta para a comunidade em primeiro lugar e em segundo lugar para qualquer enquadramento urbanístico que se faça. Aqui

novamente vale aquele princípio fundamental inabalável que é qual o impacto para a própria comunidade. Importa compreender que a zona da Madragoa é uma zona muito característica, como bairro histórico que é, e do ponto de vista de zona urbana consolidada, tem a particularidade de no que diz respeito às próprias acessibilidades, ser uma zona difícil e, portanto, necessariamente ter de ser alvo depois daquilo que será um aperfeiçoamento da mobilidade dentro do bairro, nos acessos. -----

----- Senhor Presidente tem razão esta sala torna-se às vezes difícil! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, o tempo está a correr e daqui a pouco o PSD não tem tempo!”

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, mas, mas eu com o tempo posso bem! O esclarecimento é que me custa não ser entendido! -----

----- No final do dia é para a minha comunidade que falo e por isso aquilo que me parece relativamente relevante, é compreendermos então qual o impacto que tem e eu diria que neste caso particular estar a querer antecipar aquilo que é a ocupação de determinado tipo de infraestruturas, o sujeitar a avaliação de um projeto fundamental uma comunidade inteira por algo que nós e temos que discutir qual o seu enquadramento e que nada tem a ver com uma visão macro que nós temos ter da zona, também parece desadequado errado e contraproducente para a própria comunidade. ---

----- Terceira questão que eu aqui gostaria, e última de salientar, porque o tempo ainda permite que o Senhor Presidente de Mesa também me vai permitir. -----

----- As acessibilidades, as tão afamadas acessibilidades do Quarteirão dos Marianos, aqui quero destacar um ponto fundamental, a Junta de Freguesia da Estrela, no âmbito das prioridades estabelecidas para a intervenção do Pavimentar Lisboa identificou um dos pontos fundamentais de acesso ao Quarteirão dos Marianos, futuro Quarteirão dos Marianos na zona de intervenção, como uma zona a ser intervencionada e com esse enquadramento poder resolver muitos dos problemas que lá existem atualmente, refiro-me especificamente a Rua do Olival. Esta matéria é inclusivamente já parte de avaliação por parte dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa se não estou em erro, está em avaliação externa no que diz respeito a proposta concreta e, portanto, toda a componente de acessibilidades já está a ser discutida localmente, já há projeto a ser avaliado e que enquadra e que prevê aquela que será inevitavelmente, a solução mais piso menos piso para o Quarteirão dos Marianos e, portanto, novamente condicionar a aprovação de um plano tão importante para a Madragoa, como é o PRUM, a matérias que são acessórias ao PRUM é não só um erro do ponto de vista da análise da gestão política mas mais importante é um erro no serviço que prestamos à nossa comunidade. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, e a beneficiar da cedência do PNP, mas foi rigoroso, e o Senhor Deputado Luís Newton tem, que a maioria dos Senhores

Deputados não se apercebem, mas as conversas que são absolutamente normais e que não perturbou nada no Fórum Roma aqui fazem um efeito em que o eco vem todo na direção dos oradores e da Mesa e, portanto, isso perturba quem está a usar da palavra e seria útil que, como temos pedido, que as conversas ou fossem evitadas ou na medida do possível fossem tidas, lá fora. -----

----- Nós não temos mais inscrições dos grupos municipais e, portanto, ia dar a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado em nome da Câmara para intervir e responder a todas as questões que foram suscitadas. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Portanto, eu começaria pelas questões que foram suscitadas pelo Senhor Deputado Modesto Navarro e queria começar por confirmar aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela de que, neste momento, estão em curso o projeto de reabilitação da Rua do Olival e que os lugares de estacionamento que são o constrangimento ao acesso de veículos dos bombeiros no troço final da Rua do Olival, portanto, o troço que fica mais próximo do Quarteirão dos Marianos serão de contemplado o número de lugares de estacionamento na oferta de estacionamento público para presidentes nas caves da própria operação urbanística. -----

----- A segunda questão é que relativamente ao Museu dos Bombeiros, aquilo que está já em fase adiantada de preparação é a instalação do Museu dos Bombeiros junto ao Museu dos Transportes/Carris na zona de Santo Amaro, onde existe hoje as instalações e o parque de recolha dos elétricos da cidade de Lisboa. -----

----- Quanto à preservação do património da antiga fábrica se eu bem me recordo a recomendação da Assembleia Municipal depois da visita que fez é que se deveria essencialmente manter e valorizar o espólio, os azulejos, e há uma proposta concreta que me foi transmitida pelos serviços de urbanismo que dos contactos que tiveram com os promotores que esse espólio será integrado na própria operação na zona de umas passagens públicas e o resto é entregue para um futuro centro de interpretação. --

----- Quanto à questão do Fundo de Sustentabilidade queria referir o seguinte: que primeiro vindo um bocadinho atrás, o Fundo que está previsto no Plano da Madragoa é no fundo a transposição daquele que foi contemplado no Plano da Baixa. Sucede que já em 2015 foi aprovado em Câmara a proposta 43/2015 para a constituição de um Fundo de Sustentabilidade, que está publicado no Boletim Municipal e, portanto, sempre pensámos que era do conhecimento público, e esse Fundo tem que se a memória não me falha, tem de certeza como receitas todas as taxas urbanísticas incluindo a TRIU, as compensações urbanísticas e há aqui um ponto que eu não tenho a certeza, mas julgo que tem também o produto da receita dos complementos de lote.--

----- Este Fundo destina-se exatamente a apoiar a reabilitação urbana, a regeneração de áreas degradadas e a urbanização do território municipal e, portanto, era um pouco, não faz sentido, ter “n” fundos consoante os planos que se fazem, este fundo está constituído.-----

----- Quanto à recomendação que é feita e que, pelo menos eu não tinha a noção que se destinava apenas a parte do plano correspondente ao Bairro do Mocambo há aqui uma dúvida com que eu fico, primeiro o que é que se está a comparar? É ente o PU que está hoje em vigor e o PP que se propõe ou entre aquilo que existe e aquilo que o PP admite? Portanto, ignorando o PU, mas mesmo aqui surge uma dúvida que é a seguinte, um Plano de Pormenor não tem prazo de validade. Ao contrário de loteamentos hoje que têm prazo de validade, quer dizer, pode-se fazer uma conta simples e tendo em conta a edificabilidade que existe e aquela que os alçados permitem, dizer que isto permite um acréscimo de “x” metros quadrados, mas quer dizer, isto se se seguirem as regras do próprio Plano. Agora eu não sei se daqui a 10 anos quando alguém vier a intervir naquele território e se a demolição seguir aquilo que está prescrito no Plano e se, portanto, puder haver demolição, se a arquitetura do edifício que vai ser construído se está em rutura ou se não está em rutura com as preexistências, nem ninguém nesta sala, quer dizer, provavelmente já cá estará daqui a 10 ou 15 anos para fazer essa avaliação e, portanto, esta é a minha maior dificuldade em aceitar esta recomendação é que, de facto, os planos de pormenor não têm prazo, um Plano de Pormenor só quando for revogado é que deixará de ter o prazo e, portanto, pode durar um número extenso de anos e, portanto, o resultado deste quadro eu não vejo bem, portanto, primeiro gostava que me esclarecessem se é entre o PU que está em vigor e o PP que se propõe, isso será extremamente difícil de avaliar, se é que existe hoje e aquilo que o PP permite, isso já é mais fácil de avaliar, mas é uma conta simples de matemática, o resultado relativamente aos objetivos que foram expressos pelo Senhor Deputado é que me parece que ele não responde. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, eu próprio estava aqui a fazer uma pausa, que fiquei baralhado com o sentido da sua pergunta, era se se estava no fundo a pedir algum esclarecimento em relação à proposta oral ao pedido de esclarecimento que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves fez uma intervenção ou se estava a pedir algum esclarecimento em concreto sobre algumas das propostas de alteração ou de recomendação que temos aqui para votar. Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Como comecei por dizer na minha primeira intervenção, as alterações propostas são todas acatadas e consideramos que são uma de valorização do Plano que está em apreciação. Quanto à recomendação tenho, de facto, primeiro uma dúvida: o que é que se pretende comparar? É aquilo que o PP, ou o Plano de Reabilitação Urbana está a propor...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, já percebi, era mesmo em específico sobre a recomendação e, portanto, nós temos o sinal à Mesa de intervenção do Deputado

Municipal Modesto Navarro, mas no entretanto, eu ia perguntar à Deputada Municipal Ana Gaspar se quer esclarecer o sentido de dúvida expressa pelo Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Era se se podia ver o púlpito é mais fácil, senão os Serviços também já estão a levar o microfone.-----

----- E já agora também há aqui, aproveita-se e clarifica-se tudo o que o Deputado Municipal André Couto, enquanto Deputado Relator tinha feito oralmente e depois formalizou aqui por escrito na Mesa, uma outra alteração que também importava clarificar exatamente o seu sentido, porque aquilo que temos em cima da Mesa agora como proposta para ser deliberado passa a ser o seguinte: “ O quadro deverá ser enviado para a Assembleia Municipal de Lisboa com a demonstração das variáveis quantitativas. Esse compromisso é condição para a sua aprovação.”, era importante perceber exatamente o que é que a Comissão pretende dizer com esta de o compromisso ser a condição para a aprovação. Se é do quadro da recomendação ou se estão a falar das próprias alterações ou da própria proposta. -----

----- Mas o envio do quadro é condição para a sua própria aprovação? O compromisso de envio... Bem, o Deputado Municipal André Couto vai-nos elucidar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Se calhar é mais fácil explicar aqui Senhor Presidente.-----

----- A ideia da Comissão é que a Câmara assuma perante esta Assembleia um compromisso de envio desse quadro, para nós é importante e a partir do momento em que a Câmara assuma esse compromisso, a Comissão faz fé nessas palavras e nesse compromisso perante a Assembleia e sente-se em condições de avançar com este procedimento sem aguardar pelo envio, entretanto, do quadro.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas sente-se em condições de votar a própria Recomendação? Ah ok está bem, então está esclarecido com o Senhor Vereador Manuel Salgado, se estamos a falar da Recomendação já disse que não concorda com o teor da Recomendação e, portanto, aquilo que os vários partidos têm que esclarecer e a própria Comissão é se quer manter a votação e a deliberação desta Recomendação, mesmo contra a opinião da Câmara, que aí não terá eficácia ou se o se retira a face à discordância do Senhor Vereador Manuel Salgado, é que eu estava aqui com dúvidas é se se era condição para a votação da proposta, mas de todo o modo também não fazia sentido, porque as recomendações são votadas depois de toda a votação das propostas. -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente. É que eu não sei se há pouco fui explícito neste aspeto, é que este quadro não consta no conteúdo legalmente exigido a um Plano de Pormenor, ou seja, o artigo 102 do RJIT, que define exatamente quais são as peças que

deve constituir um plano não prevê lá este tipo de quadro, nem nada que se pareça com isto. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Vereador, penso que tínhamos percebido o sentido da sua intervenção. Penso que voltando aqui ao ponto de as intervenções, o Senhor Deputado Modesto Navarro pediu a palavra, pode-se dirigir ao púlpito, e pedindo desculpa, mas acho que foram úteis estes esclarecimentos em concreto das várias propostas que temos em cima da Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, em relação à resposta do Senhor Vereador Manuel Salgado, não disse nada em relação à questão da transferência dos bombeiros, e essa é uma questão importante para a cidade, porque nós estamos a afastar os bombeiros das zonas onde eles são necessários e onde devem intervir com rapidez e, portanto, sobre isto serão transferidos!... Irão para qualquer lado!... E aquilo não é uma instalação qualquer, é facto, uma grande instalação, digamos que era o grande Quartel dos Bombeiros Sapadores e, portanto, conviria esclarecer esta situação. -----

----- Depois esta questão de manter ou não manter a identidade local, a questão da fábrica, a questão da mera aposição, digamos assim, a colocação de alguns exemplares de recordação é muito diferente daquilo que em países, não quero usar a expressão “países civilizados”, mas onde se defende efetivamente o reconhecimento e a identidade vai-se mais longe, não se colocam apenas umas amostras e uma recordações, que fazemos nós em nossa casa com as coisas que compramos onde vamos!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado peço mais uma vez desculpa, mas há aqui várias necessidades de diálogo entre os Deputado e a Câmara, mas eu pedia, mas eu pedia-lhes era que pudessem conversar ali fora ou se for preciso eu faço uma suspensão do minuto ou dois para depois confessarem, mas, para já agora...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu já agora gostava de terminar a minha intervenção.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, mas é depois das intervenções todas, não é agora. -----

----- Senhor Deputado Municipal André Couto e Senhor Vereador Manuel Salgado, penso que estão a ouvir.-----

----- Pode continuar Senhor Deputado, peço desculpa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tivemos agora a notícia em princípio de que voltaremos às instalações do Fórum em final de fevereiro. Eu espero que não seja em março, abril, maio, etc., penso que a Mesa da Assembleia e todos nós temos a responsabilidade de fazer com que esta situação se resolva rapidamente, porque é grande a incomodidade de vir aqui intervir e realmente não poder ser ouvido e não poder ouvir também aquilo que os outros dizem, mas se...-----

---- Ainda em relação ao museu e à transferência do Museu dos Bombeiros, as notícias que temos é que o Museu da Carris está praticamente em extinção e sabemos, obviamente das ameaças que pairam em relação àquele espaço da Rua 1º de Maio. -----
-----Penso que será uma situação muito pouco, digamos, séria em relação àquilo que se pretende com a utilização, o usufruto, a vivência dos museus em Lisboa, mas eram estas questões que nós gostaríamos de reafirmar, sendo que havendo a matéria do Quarteirão dos Marianos, que está agora na perspetiva jurídica de resolução, mas nós temos que integrar no nosso pensamento numa zona que é da cidade e é no seu todo a zona do quarteirão, do Plano, etc... Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, tem toda a razão nos reparos que fez.-----
----- Nós temos a Deputada Municipal Ana Gaspar também a tentar usar da palavra para esclarecer, pedia-lhe que viesse aqui ao púlpito, se faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente àquilo que o Senhor Vereador acaba de dizer, de facto tem razão, isto não se situa no plano estrito do legal, é apenas o partido dos indicadores que já existem, que têm que existir, dos indicadores de monitorização fazer somente uma análise comparativa para facilitar a leitura, somente isto entre o que já existe, o que existe já na área de intervenção e também resulta do Plano, isto é apenas, por exemplo, como citei o aumento espaço público, é só isto para facilitar a análise de leitura partido desses indicadores, a nós parece-nos que facilita, que em não entra, penso que é aceitável Senhor Vereador. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Penso que as posições dos vários grupos municipais e do Senhor Vereador estão esclarecidas sobre as diferentes matérias, nós não temos mais inscrições sobre o conteúdo da proposta e, portanto, agora podíamos passar à fase das votações e pedia às Senhoras e Senhores Deputados que se sentassem ou então quem quiser sair da sala é o momento agora para o poder fazer. -----
----- O Senhor Vereador ainda quer usar da palavra por uma última vez.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, vamos lá ver, eu talvez, não sei mas já agora gostava de clarificar o seguinte: apresentarmos um quadro destes como Recomendação da Assembleia Municipal, com certeza, não temos qualquer dúvida em elaborar um

quadro deste tipo, agora que já ficou claro que, entre o existente, existente neste momento, e aquilo que o Plano propõe é mais uma peça para ajudar a clarificar. O que eu há pouco queria referir e talvez não tenha sido muito claro, é que não me parece que se possa fazer depender a aprovação do Plano da existência desse quadro, porque esse quadro não faz parte da legislação, é só por isto Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, penso que estamos entendidos quanto ao teor dos diferente das diferentes posições políticas dos diferentes grupos, eu não sei se se algum grupo municipal ou algum Deputado quer solicitar alguma interrupção para conversarem, se não talvez seja positivo sentarem-se para podermos passar às votações. -----

-----A sala complicada e os deputados, o telefone também não ajudam! Mas o Senhor Presidente tem razão que a sala é complicada. -----

----- Portanto, vamos passar às votações. Nós temos um conjunto de votações para fazer, portanto, iniciar no início, nós vamos proceder a uma nova votação na generalidade para incorporar as retificações que a Câmara fez e são, portanto, as Propostas 259 e 389. Depois vamos votar as diferentes propostas de alteração que temos em cima da mesa. Faremos uma votação final global que é no fundo o sentido político global das propostas e depois votaremos a Recomendação número 1/93 e a Recomendação número 5/93, que já foi distribuído aos grupos municipais e que foi apresentada pelo PAN, portanto, vamos... -----

----- Oh Senhor Deputado Vítor Gonçalves, quando nós tivermos o gosto de o grupo municipal do PSD indicá-lo para substituir a Deputada Margarida Saavedra, nós teremos toda a oportunidade para ter os sucessivos conselhos para nos ajudar a dirigir os trabalhos, por agora vamos fazer como eu enunciei e como fazemos sempre e seguir todos os pontos que as recomendações são votadas no final das propostas de alteração.

----- Bem, vamos passar ao Senhor Deputado Luís Newton que quer fazer um ponto de ordem à Mesa e o Senhor Deputado João Pinheiro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu relativamente a esta esta última Recomendação que deu entrada, a 5/93, se não estou em erro, eu tenho aqui alguma dificuldade em poder acompanhar qualquer votação desta recomendação neste ponto, porque ele , como, aliás o Senhor próprio Deputado do PAN clarificou na sua intervenção, a Unidade de Execução dos Marianos não está em discussão neste momento, portanto, esta recomendação sobre Unidade de Execução dos Marianos não cabe no âmbito das recomendações do PRUM e era só isso que eu queria para salientar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Residente em Exercício, acompanhávamos a dúvida suscitada pelo Deputado Municipal Luís Newton e também questionávamos a possibilidade de admissão a votação deste documento, que nas suas recomendações se insurge contra uma prática legal e continuada da Câmara relativamente à utilização das Unidades de

Execução e propõe até recomendações sobre a alteração da legislação em vigor, que salvo o devido respeito não temos base de maturação e de reflexão sobre as mesmas para estar a votar agora.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, eu queria só esclarecer que a recomendação não tem a ver com a Unidade de Execução dos Marianos, não, a parte recomendativa como sei agora dizer-se se foi lida dá para ver que não tem rigorosamente nada a ver com a Unidade de Execução dos Marianos. A Unidade de Execução dos Marianos é apenas um exemplo do porquê de serem feitas algumas alterações à recomendação que no fundo é feita, portanto, isto não tem a ver com Unidade de Execução dos Marianos, a parte de recomendação. Obrigado” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, penso que aquele que que iniciou é bem verdade, ou seja, a parte deliberativa da recomendação não tem a ver com os Marianos, mas de todo o modo também e os Senhores Deputados sabem que aquilo que são as propostas de recomendação têm um teor político e, portanto, há uma certa latitude sobre o seu conteúdo e os Senhores Deputados como sabem o nosso Regimento durante o Período da Ordem de Trabalhos podem ser apresentados documentos para votação e foi esse o exercício que o PAN fez. -----

----- Os Senhores Deputados entendendo, naturalmente e são as regras democráticas do funcionamento da Assembleia Municipal, entendendo que discordam e que não estão em condições simplesmente votam contra e o problema está resolvido e, portanto, não é cabe à Mesa nem aos Senhor dos grupos municipais estarem a cercar o direito de apresentação de parte de documentos. -----

----- Eu queria encerrar rapidamente este assunto Deputados Luís Newton, vou-lhe dar a palavra depois vamos passar às votações.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Novamente para o para o mesmo efeito, Senhor Presidente e não querendo tornar enfadado todo este debate, a verdade é que em bom rigor, de acordo com o nosso Regulamento o que se trata aqui é de inclusão de uma recomendação sobre matéria que não está em discussão nesta Assembleia Municipal, que não está em discussão neste ponto da ordem de trabalhos, o que significa que, no mínimo deveria ser colocada à Assembleia a apreciação da entrada desta recomendação para votação, diria eu.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como estava a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra aqui a dizer-me, e que tem toda a razão, em rigor se essa sua interpretação tiver validade esta proposta, como é genérica e abstrata e não está e não faz referência específica a nenhuma proposta, em rigor não pode não podia ser associada a nenhuma proposta em

concreto e, portanto, Senhores Deputados a Mesa vai dar por encerrado este período de interpelações à Mesa e os Senhores Deputados se discordam muito legitimamente é votarem contra e o problema está resolvido e, aliás, se calhar, já teríamos concluir as votações em relação a esta matéria e, portanto, vamos passar à votação na generalidade da **Proposta 154/CM/2015** para que a Assembleia Municipal valide as retificações incluídas nas propostas 259/2015 e 389/2015. Não há votos contra. Votos de abstenção do CDS/PP, MPT, PEV, PCP e BE. Votos a favor do PS, PSD, IND, PAN e PNP. A proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- Vamos passar à votação das propostas de alteração e portanto em termos da generalidade para introdução das retificações a proposta foi considerada aprovada e, portanto, nós vamos votar primeiro a **Proposta referente ao Artigo 13º- nº. 1**, nas propostas que foram distribuídas. Aquilo que foi acrescentado e é a mudança que que nós temos aqui concluía a parte final do artigo 13º- nº. 1, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte e a proposta da Comissão de Urbanismo é “salvo as especificidades expressas previstas no presente Plano”. Portanto, não há votos contra. Abstenções do PCP, PEV e BE. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e IND. Esta proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- A segunda proposta que temos para votação é **referente ao Artigo 19 - nº. 2**. Nós temos na proposta que foi aprovada na generalidade, conclui nos termos e condições do presente Regulamento e a proposta da Comissão de Urbanismo refere o seguinte: “e ainda excecionalmente as obras de ampliação, demolição, construção e reconstrução nos termos e condições do presente Regulamento, nomeadamente do estabelecido no Anexo 2 ao Regulamento.”. Não há votos contra. Abstenções do PCP, BE, e PEV. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e IND. A proposta de alteração ao nº. 2 do Artigo 19º. foi **aprovado por maioria**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- A terceira proposta de alteração na especialidade refere-se ao **nº. 2 do artigo 34º**. É um acrescento, aquilo que está em vigor pela aprovação na generalidade diz: “até à data de entrada em vigor do presente Plano” e a 3ª Comissão faz aqui um acrescento no número 2 que propõe “ou caso de obra de construção nova ou novo alinhamento do edificado as regras sobre logradouros aplicam-se a área da parcela que não possa ser ocupada pela construção prevista, face às regras relativas à profundidade”. Não há votos contra. Abstenções do PCP, BE e PEV. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e IND. Esta proposta de alteração ao nº. 2 do artigo 34º. foi **aprovado por maioria**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- Nova proposta de alteração ao **Artigo 34 é acrescentar um ponto 7**, que não existe na proposta que já foi aprovada na generalidade. Este ponto 7 refere-se ao seguinte: “A configuração dos logradouros verdes permeáveis, a preservar, poderá ser ajustada em função das novas construções deste que garantido logradouro com área

permeável equivalente.”. Não há votos contra. Abstenções do PCP, BE e PEV. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.** -----
 ----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----
 ----- Quarto bloco de propostas de alteração na especialidade no Artigo 40º. acrescentar um número 2, com a seguinte redação: “ Na unidade espacial do antigo Convento da Esperança, Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros, UEsp1, a proibição de os usos complementares ultrapassarem o índice de edificabilidade de 1,5, estabelecido no número um do Artigo 54º.do PDML, só é aplicável à construção de novos edifícios sem prejuízo para o efeito serem contabilizadas as áreas afetas a usos complementares localizados nos edifícios existentes na UEsp1. Não há votos contra. Votos de abstenção do PCP, BE e PEV. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovado por maioria.** -----
 ----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----
 ----- Último bloco de alterações na especialidade, **proposta de alteração do Artigo 43º**, mas aqui tínhamos uma especificidade, se Mesa interpretou bem a intervenção do Senhor Vereador Manuel Salgado a Câmara discordava do teor desta proposta de alteração. Não? Muito bem, depois ficou e a mesa interpretou mal aquilo que era o teor da intervenção dos Deputados Municipais, a Senhora Deputada Municipal Asna Gaspar depois do diálogo com o Vereador Manuel Salgado e, portanto, vamos passar a ler aquilo que a proposta de alteração. -----
 ----- É uma proposta de substituição onde se lê atualmente “nos termos da legislação em vigor pode ser constituído um fundo financeiro de apoio à reabilitação e à gestão da atividade comercial, cujas receitas deverão ser garantidas pelas taxas e impostos gerados pelas intervenções e empresas locais” e a proposta da Comissão é: “Na área de intervenção do plano os encargos a assumir pelo Município com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, bem como a criação, manutenção e reforço de infraestruturas e equipamentos ou áreas de uso público devem ser suportados com recurso às receitas do Fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística de Lisboa”. Não há votos contra. Abstenções do PCP, PEV, BE, e CDS-PP. Votos a favor do PS, PSD, MPT, PAN, PNP e IND. **Aprovada por maioria.** -----
 ----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----
 ----- Concluímos as votações na especialidade, um agradecimento especial à Deputada Municipal Margarida Saavedra e também ao Deputado Municipal Vítor Gonçalves, que regressou ontem em plena atividade, porque não foi fácil esta experiência inovadora, mas ambos conduziram bem, dentro da dialética política e também daquilo que era a inovação do Regimento aquilo que foi esta experiência de ao mesmo tempo, solicitar esclarecimentos debater e termos várias propostas de alteração de recomendação que finalmente foram concretizadas ontem em propostas de alteração que pudessem ser aqui deliberadas. -----
 ----- Vamos passar agora para o sentido político final, à votação final global de propostas já com as retificações e já com as propostas de alteração na especialidade que foram validadas por esta Assembleia Municipal. -----

----- **Votação final e global da Proposta n.º 154/CM/2015 com a introdução das alterações resultantes da aprovação das 5 propostas de alteração ao regimento do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da madragoa apresentadas pela 3.ª Comissão Permanente;**-----

----- (A votação final da Proposta 154/CM/2015 foi anexada à Ata como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

-----Portanto, não há votos contra. Abstenções do PCP, BE, CDS-PP, PEV e MPT. Votos a favor do PS, PSDF, PAN, PNP e 4 IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- O BE, o PSD, o CDS-PP ao apresentar Declarações de Voto escritas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda reconhece as grandes melhorias operadas na Proposta n.º 154/CM/2015, fruto de um debate participado e atento na Assembleia Municipal de Lisboa. No entanto, nesta proposta subsiste o recurso à figura das Unidades de Execução para a execução do Plano.*-----

----- *Desde sempre que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda se tem oposto aos planos urbanísticos com recurso à figura das unidades de execução, visto que as mesmas resultam numa desregulação da utilização do solo, permitindo uma maior discricionariedade à Câmara Municipal e diminuindo os poderes de intervenção e conformação das Assembleias Municipais na definição das políticas urbanísticas. Nestes termos se justifica o nosso voto de abstenção.”*-----

----- **O Grupo Municipal do PPD/PSD** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** --

----- *“O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração quanto ao Voto Favorável que expressou na Proposta n.º 154/2015 submetida pela Câmara Municipal de Lisboa à Assembleia na sessão de 2FEV16, relativa à Proposta Final do Plano de Pormenor e de Reabilitação Urbana da Madragoa, com exclusão da Unidade de Execução do Quarteirão dos Marianos – fase de discussão na Especialidade.*-----

----- *A operação urbanística subjacente a esta Proposta poderá potenciar a valorização do tecido urbano e do espaço público da Madragoa, o que se verifica importante para a respetiva área de implantação, tendo em consequência o Grupo Municipal do PPD/PSD votado A Favor da Proposta, na sua fase de apreciação na generalidade.*-----

----- *Para o efeito, ponderou devidamente as propostas de Alteração e de Recomendação ao texto do respetivo Regulamento, especificamente no n.º 1 do art.º 13.º, no n.º 2 do art.º 19.º e nos n.ºs 2 e 7 do art.º 34.º, assim como acrescentar um novo n.º 2 no art.º 40.º e modificar a epígrafe no art.º 43.º, todas essas Alterações e respetiva/s Recomendação/ões aprovadas em sede de Plenário da Assembleia Municipal na sua 93.ª Sessão Extraordinária, de entre as quais se exclui a Recomendação n.º 5/93 de 2FEV16, objeto de Declaração de Voto específica.*-----

----- *Em obediência à ocorrência de diferenças relevantes entre as peças escritas e desenhadas, com prevalência destas e com a nova redação do n.º 2 do art.º 19.º, veio*

a permitir-se com excepcionalidade, a possibilidade de ampliação, demolição, construção e reconstrução no conjunto histórico do Mocambo. -----

----- *Assim, o Grupo Municipal do PPD/PSD declara que entende ser da mais cuidada apreciação e ponderação pela Câmara Municipal a execução de obras que impliquem qualquer grau de demolição e/ou reconstrução, abstendo-se de tipologias arquitetónicas de rutura que resultem em descaracterização desse conjunto edificado.*” -----

----- (O CDS-PP não apresentou a Declaração de Voto)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da **Recomendação 1/93**, que já foi profusamente lida explicada e esclarecida. Votos contra do PAN. Não há votos de abstenção. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP e 4 IND. A proposta de Recomendação 1/93 foi **aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- **Recomendação nº. 5/93 sobre a proposta nº. 154/2015 – Aprovação da proposta final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa versus Unidade de Execução dos Marianos” – fase da especialidade;** -----

----- (A Recomendação nº. 5/93 está anexada a esta ata como anexo VI e dele faz parte integrante.)-----

----- Vamos passar agora à votação da proposta de Recomendação apresentada pelo PAN foi numerosa como proposta de **Recomendação 5/93**. Foi renumerada como proposta de Recomendação nº. 5/93 e, portanto, eu pedia que se sentassem porque estamos a meio de votações e que não entrassem na sala durante as votações. Vamos proceder à votação desta proposta de Recomendação. Votos contra do CDS-PP, PSD, PS, 1IND, PNP, PCP e PEV. Abstenções do BE, 3 IND e MPT. Votos a favor do PAN. **A Proposta de Recomendação foi rejeitada**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- Com isto encerramos o ponto 1 da Ordem de Trabalhos. Há Declarações de Voto? Declarações do Voto do PS e do PSD e uma Declaração de Voto oral do PAN, portanto, vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Miguel Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “*Muito obrigado Senhor Presidente.*-----

----- *Estas recomendações finais que foram neste momento rejeitadas surgiram pela necessidade que descobrimos em todo este processo de clarificar este processo das Unidades de Execução ou seja, nós andámos desde há meses a falar sobre o Plano de Pormenor da Madragoa e em conjunto da Unidade dos Marianos, portanto, quem pensa que este assunto está bem resolvido, está na minha opinião completamente enganado. Pode estar está resolvido, pode estar resolvido em termos legais o que é facto é que na realidade não está resolvido, o que aconteceu com a Unidade de Execução dos Marianos e todas as vicissitudes pelas quais esse processo passou tiveram uma influência direta na aprovação do Plano de Pormenor da Madragoa, isto*

é um facto, isto é um facto e, portanto, era bom que a Assembleia pudesse também manifestar-se sobre estes assuntos, não é a Assembleia que tem que aprovar os Planos de Execução, as Unidades de Execução, mas, no entanto, e foi isso que foi proposto, a delimitação das Unidades de Execução, tendo em conta toda a sua envolvente, é algo que deveria ser feito, na nossa opinião, pela Assembleia Municipal.-----

----- A proposta foi feita neste momento, eu creio que irá seguir o seu caminho e oportunamente será apresentada de novo. Muito obrigado.-----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:*-----

----- “Obrigado Senhor Deputado, fica feita a declaração de voto oral do PAN.”-----

*----- **O Grupo Municipal do PPS/PSD** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:***-----

*----- “O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração quanto ao **Voto Contra** que expressou na Recomendação n.º 5/93 quanto à **Proposta n.º 154/2015** submetida pela Câmara Municipal de Lisboa à Assembleia na sessão de 2FEV16, relativa à Proposta Final do Plano de Pormenor e de Reabilitação Urbana da Madragoa, com exclusão da Unidade de Execução do Quarteirão dos Marianos – fase de discussão na Especialidade.*-----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD entende ter sido apresentada e admitida a destempo a Recomendação n.º 5/93 em epígrafe, por o seu objeto ser primariamente o tratamento administrativo da delimitação das Unidades de Execução e conseqüentemente o da Unidade de Execução do Quarteirão dos Marianos e menos a Proposta n.º 154/2015 a qual aliás exclui expressamente qualquer consideração quanto a esse Quarteirão.-----

*-----Embora o Grupo de Lista do PPD/PSD concorde na generalidade com os objetivos expressos na Recomendação e expresse a conveniência dos seus termos virem a ser adequadamente ponderados em melhor ocasião, o vício de irrelevância quanto à relação com a Proposta, não permitiu senão a apresentação de um **Voto Desfavorável.**”*-----

----- (O PS não apresentou a Declaração de Voto)-----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:*-----

----- “ Passamos ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos apreciação da proposta 798/2015. o estabelecimento de medidas preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga.”-----

*----- **Ponto 2 - Apreciação de Proposta 798/CM/2015 – Estabelecimento de Medidas Preventivas em área adjacente ao Museu de arte Antiga por motivo de elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das janelas Verdes, nos termos da proposta e ao abrigo do Artigo 137º., n.º. 1 do RJIGT;***-----

----- (A proposta 789/CM/2015 está anexada a esta ata com o Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 3ª. Comissão Permanente está anexada a esta ata com o Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou dar a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado para introduzir a proposta.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- É intenção de direção do Museu Nacional de Arte Antiga e à época da Secretaria de Estado da Cultura, proceder à ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga e nessa ampliação prevê-se que ou admite-se que o acesso principal ao museu possa ser feito pela Avenida 24 de Julho e não pela Rua das Janelas Verdes, tal como hoje se verifica.

----- Para desenvolver este projeto de ampliação é necessário suspender o Plano Diretor Municipal na medida em que há regras, nomeadamente de demolição, se for esse o caso de alguns edifícios na frente da 24 de Julho, se for esse o resultado do projeto que venha a ser feito, possam ser contempladas nesta operação. -----

----- Para não ficarmos no vazio legal são propostas medidas preventivas com a validade de 2 anos, estas medidas preventivas tiveram parecer favorável tanto da Comissão de Coordenação Regional, da CCDR, como de Direção Geral de Cultura do Património Cultural e obviamente que o plano propriamente dito, só poderá ser desenvolvido e concluído a partir do momento em que o próprio Museu tenha uma proposta de projeto já suficientemente madura e, portanto, essa a razão pela qual nós, neste momento, estamos a propor medidas preventivas, o que nos permite por um lado conter as alterações na área envolvente, nomeadamente tendo possibilidade de que não licenciar obras, mesmo que estejam de acordo com o Plano Diretor Municipal e, portanto, por desta forma, deixar espaço aberto a que o Museu possa vir a desenvolver o projeto para a sua própria ampliação. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado senhor Vereador. -----

----- Esta proposta deu origem a um parecer da 3ª Comissão por sua vez, deu origem à Recomendação número 2, foi Relatora a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, o parecer foi muito consensual no seio da Comissão e, portanto, a Senhora Deputada Relatora prescinde da sua apresentação e penso que já temos oradores inscritos. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.” -----

----- O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD) no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores. -----

----- Hoje de facto, é um dia feliz para a freguesia da Estrela. Dois projetos, este o segundo, é um segundo projeto muito relevante, não só no âmbito da própria Freguesia, mas inevitavelmente para a restante cidade de Lisboa, a oportunidade de criar condições de dignidade para aquele que é um dos mais importantes Museus, nacionais e europeus, é mais do que uma vontade local, terá que ser inevitavelmente

pelo desígnio do próprio município e aqui a oportunidade reveste-se sobretudo da nova, do novo espaço de ampliação e sobretudo das novas condições de acesso, isto também oportunidade, uma vez mais, porque a própria Avenida 24 de Julho, fruto da reestruturação da circulação automóvel inicialmente desenvolvida na Ribeira das Naus hoje tem um potencial de usufruto pedonal e diria mesmo de qualidade de vida quase ribeirinha, que permitirá não só a uma requalificação do seu espaço de mobilidade pedonal, do seu espaço de mobilidade rodoviária, um reperfilamento dos passeios e a criação de zonas com muita dignidade para poderem acomodar este espaço que é um espaço fundamental de entrada que se pretende que venha a ser o espaço fundamental a entrada de uma, perdão, do Museu Nacional de Arte Antiga.-----

----- Dito isto, não posso deixar de ter a intervenção na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia da Estrela dizendo que, reforçando que é um projeto muito importante, não só para a freguesia, mas também para a cidade reveste-se de alguns cuidados, obviamente que teremos que ter no âmbito seu próprio acompanhamento, mas que inevitavelmente trará muita qualidade àquela zona e será uma peça fundamental naquilo que é a requalificação de um espaço da cidade de Lisboa, nomeadamente na Avenida 24 de Julho que será, pelo menos do ponto de vista da Freguesia da Estrela determinante para aquilo que se pretende ser novos espaço de lazer e de usufruto de cultura. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Nós não temos mais inscrições, temos agora pelo método tradicional, Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, era só para dizer que nós estamos muito de acordo com esta com esta proposta, colocámos na Comissão, na 3ª. Comissão um problema que foi o problema do estacionamento e ainda não vimos aqui qualquer coisa sobre isso, portanto, conviria esclarecer esse assunto e que haja realmente uma solução para aquela zona. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado tem toda a razão, uma das condições fundamentais para se poder beneficiar desta, na sua plenitude esta requalificação, no âmbito da reestruturação do MNAA e de um potencial aumento daquilo que são as suas visitas diárias é incontavelmente, não só o reforço dos acessos, nomeadamente no que diz respeito aos próprios transportes públicos, algo que estaríamos de privilegiar e na qual a 24 de Julho continua a ser na mesma um dos fatores fundamentais, mas existe depois também toda uma visão de integração do espaço envolvente, nomeadamente naquela que é uma potencial ligação à própria Avenida de Brasília e a toda a zona de estacionamento que há desse lado, portanto, mas isso eu diria que é uma reflexão de projeto, não tanto uma reflexão para este ponto que nós estamos hoje aqui a discutir,

agora, incontornavelmente eu diria que em primeiro lugar, o reforço da necessidade de ter a oferta no âmbito dos transportes públicos e em segundo lugar, eventualmente, a possibilidade de poder encontrar mecanismos de circulação rápida entre os vastos espaços de estacionamento que existem do lado da Avenida de Brasília e o lado da própria 24 de Julho. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Obrigado Senhor Presidente obviamente que a questão do estacionamento é uma questão fundamental, mas como disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, e bem, isto dependerá muito da solução arquitetónica que vier a ser adotada e que será proposta pelo Museu e integrada no Plano de Pormenor.-----

----- É evidente que existe este potencial de áreas de estacionamento do lado do rio o que obriga, aliás, a executar projetos que já houve vários ao longo das décadas, das últimas décadas de ligação por cima da linha de caminho-de-ferro, mas também há sempre a possibilidade de fazer áreas de estacionamento ao nível de 24 de Julho com entrada pela 24 de Julho e por baixo do espaço parcialmente ocupado, neste momento, pelo próprio Museu.-----

----- Penso que, neste momento, não deveremos adiantar grande coisa porque isto depende essencialmente do projeto, de qualquer modo também queria referir que, do ponto de vista dos transportes públicos não só na 24 de Julho e tem um número considerável de carreiras de autocarros, mas tem aqui um elemento particularmente importante que é a linha do elétrico, neste momento, se propõe prolongar do Campo das Cebolas até Santa Apolónia, ficando com uma paragem em frente ao Terminal de Cruzeiros e outra em frente ao Museu e, portanto, no fundo, esta é uma linha de elétrico que privilegia a ligação entre os vários museus da cidade e a ligação entre a Baixa e Belém e, portanto, tudo isto cria condições particularmente favoráveis para aumentar as visitas ao Museu e a importância de um museu como um pólo de atração descida de Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Não temos mais inscrições e, portanto, vamos passar à votação da **Proposta 798/2015**, estabelecimento de medidas preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga. Não há votos contra nem abstenções. A Proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação)-----

----- Com todo o apreço que eu tenho pela Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso e algum favoritismo, é uma Declaração de Voto escrita, que penso que já foi audível do ponto de vista oral, mas fará, para quem não lê, ouve. Mas é que do ponto de vista regimental não é uma Declaração de Voto oral, é escrita e depois a Senhora Deputada vai fazer escrito o teor de exprimir aqui foi deixar claro qual era o sentido dessa Declaração de Voto.”-----

----- **A Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso (PS)** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Maria Simonetta Bianchi Ayres de Carvalho Luz Afonso, Deputada Municipal Independente Pelo Partido Socialista vem ao abrigo do n.º1 do artigo 63.º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da 93ª Reunião, realizada no dia 2 Fevereiro de 2016 a sua declaração de voto referente às Propostas 798/CM/2015 “Estabelecimento de Medidas Preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga” e Proposta 154/CM/2015 “Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa” com os seguintes fundamentos:*-----

----- *Manifestar a sua discordância pelo facto de as Propostas acima referidas não terem sido também distribuídas à 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desportos, que poderia certamente ter contribuído na especialidade e em colaboração com a 3ª Comissão para enriquecimento do parecer emitido e de acordo com a missão que foi cometida à 7ª Comissão quando foi criada.*-----

----- *Solicitar à Mesa maior atenção a casos similares tal como os acima referidos, onde foram discutidas decisões sobre a localização do futuro Museu dos Bombeiros, a melhor forma de preservar a memória do lugar-Fábrica de Cerâmica Constância- ou ainda a requalificação da envolvente do Museu de Arte Antiga que deverá melhorar o acesso do Público, estacionamento, meios de transporte e facilitar as futuras obras de ampliação. Parece pois indiscutível que para além do douto Parecer da 3ª Comissão teria sido da maior utilidade a colaboração da 7ª Comissão que fazemos votos venha a ser convocada na próxima vez que estas Propostas voltem à AM, bem como em casos similares.”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhores Representantes dos grupos municipais, antes de passarmos o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos eu ia pedir aos serviços vos distribuírem uma proposta de Recomendação do Partido Social Democrata, apresentado pelo deputado Luís Newton, que ele solicita que ainda possa ser incluído na Ordem de Trabalhos e votado e deliberado e, portanto, enquanto avançamos na Ordem de Trabalhos os Serviços vão distribuir aos Grupos Municipais, aos seus líderes para que possam atempadamente ponderar porque de acordo com o com o nosso Regimento, nós temos o Regimento em termos de votação da alteração da Ordem de Trabalhos, mas também temos a prática consensual que isto só é admitido quando todos os Grupos Municipais concordam e, portanto, vão ver que o tema pode eventualmente permitir esses consensos, mas são entretanto, os Serviços, ainda que sem o meu despacho, para não estarmos a atrasar mais a Assembleia vão passar a distribuir e nós vamos avançando isto será uma ao para vermos no final da Ordem de Trabalhos. -----

----- Portanto passamos ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, apreciação do que ponto A da proposta 632CM/2015, -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do ponto A da Proposta 632/CM/2015 – Integração do Município de Lisboa na Associação Artemrede – Teatros Associados, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea n)do n.º. 1 do Artigo 25º. Do Regime Jurídico**

das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º. 7/2013, de 12 de setembro, bem como do n.º. 1 do Artigo 53.º., aplicável por remissão do n.º. 3 do Artigo 56.º., da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, na redação em vigor;-----

----- (A Proposta 632/CM/2015 fica anexada a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 7.ª. Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- Quanto a esta proposta nós temos a apreciação da 7.ª Comissão Permanente, do Deputado Municipal Magalhães Pereira, temos a Recomendação número 3/93 -----

----- **Recomendação n.º. 3/93 – Resultante do Parecer da 7.ª. Comissão sobre a Proposta 632/2015;**-----

----- (A Recomendação n.º. 3/93 fica anexada a esta Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante) -----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar a proposta? Dispensa. -----

----- Não sei se o Senhor Deputado Magalhães Pereira quer apresentar o relatório? Tem a palavra. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rápido Senhor Presidente, relativamente às conclusões e recomendações do parecer, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que número um “que as propostas que venham a subir à Assembleia Municipal de Lisboa sejam redigidas com a clareza significado e de expressão, sendo o objeto e as condicionados das propostas completamente definidos e diretamente extraíveis dos documentos e dos seus anexos”.-----

----- Número 2, “que sejam de me remetidos à Assembleia Municipal de Lisboa com periodicidade anual os resultados do cumprimento pelo Município de Lisboa dos sucessivos Planos Estratégicos da Associação Artemrede”. Obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. A Mesa não regista inscrições nem pelo telefone nem pelo método tradicional de levantar o dedo e, portanto, vamos passar à votação da **Proposta. 632/CM/2015**. Não há votos contra e nem abstenções. A Proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- No entretanto, voltando aqui um ponto atrás que a Mesa no desejo de agradar à Freguesia da Estrela e de distribuir rápida e atempadamente a proposta de Recomendação, nós não procedemos à votação da proposta de Recomendação número 2/93, associada à proposta anterior e, portanto, nós tínhamos no referente à proposta 798 uma proposta da 3.ª Comissão extraída do Relatório da Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra da 3.ª comissão.-----

----- Diz o seguinte: delibera recomendar à Câmara que dê conhecimento formal das respostas às questões levantadas pelas entidades referenciadas no Parecer, apesar de

constarem de uma informação interna e tendo sido certamente explicitadas na Conferência Procedimental de 6 de Novembro de 2015, estas entidades deveriam ser oficialmente informadas”.

----- **Recomendação nº. 2/93 resultante do Parecer da 3ª. Comissão Permanente sobre a Proposta 798/2015;**-----

----- (A Recomendação nº. 2/93 fica anexada a esta Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra nem abstenções. **A Recomendação nº. 2/93 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- Passamos agora a votação da **proposta de Recomendação 3/93**, esta sim associada à proposta 632/2015. A 7ª comissão propõe à Câmara e, portanto, que a Assembleia Municipal que lidere o seguinte: Ponto 1 – “as propostas que venham a subir à Assembleia Municipal de Lisboa sejam redigidas com clareza de significado de expressão, sendo o objeto as condicionantes das propostas completamente definidos/as e diretamente extraíveis dos documentos e de seus anexos sejam remetidos à Assembleia Municipal de Lisboa com periodicidade anual os resultados de comprimento pelo Município de Lisboa dos sucessivos Planos Estratégicos da Associação Artemrede. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- Agora nós temos o ponto 4 e a proposta foi adiada. O ponto 5 a proposta foi também adiada, conforme a Senhora Presidente da assembleia Municipal de Lisboa já tinha referenciado no início dos trabalhos e, portanto, passamos o ponto 6 da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto 6 – Apreciação da Proposta nº. 15/CM/2016 – Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Parque das Nações e aprovação da respetiva minuta de Contrato, nos termos da proposta e ao abrigo do artigo 23º. E da alínea k) do nº. 1 do artigo 25º. do Regime jurídico das Autarquias Locais e do artigo 116º. E seguintes do Regime da Transferência de Competências, ambos aprovados pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e publicado no anexo I à mesma Lei;**-----

----- (A Proposta 15/CM/2016 fica anexada a esta Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª. e 5ª Comissões Permanentes fica anexado a esta Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- Relativo a esta proposta temos um Parecer da 1ª. e 5ª. Comissões Permanentes, dos Deputados Municipais Magalhães Pereira e Sofia Oliveira Dias é também uma proposta de Recomendação 4/93.-----

----- **Recomendação nº. 4/93 resultante do Parecer da 1ª. e da 5ª. Comissões Permanentes;**-----

----- A Recomendação 4/93 fica anexada a esta Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- Não sei se a Câmara Municipal de Lisboa quer fazer alguma introdução. Prescinde. -----

----- Não sei se o Deputado Magalhães Pereira quer fazer intervenção? Também prescinde. Há alguma intervenção dos Grupos Municipais? Também não temos intervenções e no caso vamos passar à votação da **Proposta 15/CM/2016**. Não há votos contra e nem abstenções. A Proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- No entanto, já estava à procura da proposta de **Recomendação 4/93**. Propõe a 1ª e a 5ª Comissão que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara o seguinte: “ a remessa à Assembleia Municipal do Relatório final da Junta de freguesia sobre os trabalhos desenvolvidos nos termos especificados na alínea 2, do número 3 do capítulo 2º., por parecer conjunto da 1ª 5ª Comissões. O incremento, número e âmbito destes Contratos inter-administrativos para a execução de obras e de outras operações de interesse para as populações locais cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias de Lisboa. -----

----- Ou seja, é uma proposta de recomendação similar a outras que já foram aqui aprovadas na Assembleia Municipal. Não há votos contra e nem abstenções. A Recomendação foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação) -----

----- Nós já esgotámos a Ordem de Trabalhos e, portanto, agora é o momento de colocar em consideração dos Grupos Municipais se temos consenso para a introdução na Ordem de Trabalhos com conseqüente período para apresentação, debate e votação da Recomendação que foi distribuída, apresentada pelo Partido Social Democrata, pelo Deputado Municipal Luís Newton. -----

----- Ainda antes do Senhor Deputado Luís Newton temos que verificar se ninguém se opõe, nenhum Grupo Municipal se opõe? Ponto de ordem à Mesa, Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu faço ponto de ordem à Mesa, porque a eu não compreendo a dualidade de critérios, porque nós ainda há pouco não foi remetida à aprovação...” --

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Quería só aqui esclarecer a Câmara num sentido e esclareça rapidamente o sentido, é que nós temos propostas de recomendação e documentos que podem ser imediatamente entregues até à conclusão da discussão de um ponto da Ordem, associados a esse ponto da Ordem de Trabalhos que já ficou claramente especificado que um ponto da Ordem de Trabalhos não precisa de se referir expressamente a esse ponto. Aquilo que são matérias fora da Ordem de Trabalhos é necessário segundo o Regimento que seja votado em termos de alteração de Ordem de Trabalhos e segundo prática que nós temos consolidado na Conferência de Líderes, e não sou eu que a vou quebrar, só é introduzida com consenso de todos os Grupos Municipais.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas então quero aproveitar para deixar para deixar aqui o meu sentido protesto, porque entendo que a matéria que foi votada nada tinha a ver com a Ordem de Trabalhos”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ É uma declaração de voto Senhor Deputado?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez o seguinte Voto de Protesto: -----

----- “ Não, não é declaração de voto, é um voto de protesto, é um protesto neste momento a fazer a Mesa, portanto, estou-me a dirigir à Mesa para fazer esse protesto, se Vossa Excelência me permitir vou ser muito rápido e, portanto ia em primeiro lugar. Em segundo lugar, o meu protesto e porque entendo que a votação da Recomendação de ainda há pouco, ela também não tinha nada a ver com o ponto que estávamos a discutir, aliás, algo que foi manifestamente e por si pela senhora 2ª Secretária e, portanto, não compreende porque é que uma recomendação também ela do meu ponto de vista diria que também relevante para a cidade de Lisboa tem um tratamento diferente, uma vez também não se insere em nenhum pontos da Ordem de Trabalhos, este é o meu protesto, não pretendo alongar as esta polémica. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Fica registado o protesto e a Mesa fará chegar ao Senhor Deputado Municipal Luís Newton ao Regimento da Assembleia Municipal para que estes incidentes passem a ser evitados.-----

----- Temos consenso de todos os Grupos Municipais? A palavra ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Robles e penso também o Deputado Municipal Carlos Silva Santos. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, apesar do de concordarmos com o mérito da proposta, com a com a sua parte deliberativa entendemos que há essa regra que o Senhor Presidente agora referiu e que já em tempos, fomos penalizados no mesmo sentido por ter apresentado propostas que estavam fora do âmbito da Ordem de Trabalhos, achamos que é um assunto muito importante para a cidade, para a população e gostávamos de refletir sobre ele eventualmente acrescentar, se pudermos acrescentar e, portanto, acho que podemos apesar de ser uma situação pode carecer de urgência pode ficar para um PAOD ou para uma Ordem de Trabalhos que a possa incluir.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado Municipal até em razão que para sermos justos o Bloco de Esquerda já foi objeto exatamente do mesmo tratamento, tendo apresentado propostas que depois não houve consenso para o debate e, portanto...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez o seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Presidente, eu ia então retirar...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado Luís Newton, eu não lhe dei a palavra. Os Serviços só devem dar o microfone quando a Mesa dá a palavra aos Senhores Deputados e, apesar de termos outras intervenções o assunto está esclarecido está resolvido e, portanto, a prática que nós temos e com o Bloco de Esquerda e outros Grupos Municipais já foram objeto desta Assembleia é que quando não há consenso e não está na Ordem de Trabalhos será introduzido num futuro ponto da Ordem de Trabalhos e, portanto, a Mesa declara cerrada esta Reunião da Assembleia Municipal.” -----

----- A sessão terminou era dezassete horas e vinte minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----